

## EDITANDO A NAÇÃO E ESCREVENDO SUA HISTÓRIA: O Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991

Mariana Rodrigues Tavares<sup>1</sup>

### Resumo:

O presente texto tem por finalidade apresentar um capítulo da história editorial do Brasil através da narrativa histórica da criação do Instituto Nacional do Livro (INL), 1937-1991. Procuro inicialmente trabalhar com a cronologia de fundação do INL ocorrida durante o Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937. No decorrer dessa história, mostro de que maneira a leitura funcionou como um valioso instrumento de difusão do poder estatal, pois analiso o quadro de intelectuais que atuaram no Instituto desempenhando importante papel na conformação das publicações do referido Instituto. Ao final, discuto a fusão do Instituto Nacional do Livro à Biblioteca Nacional, processo este que ocorreu no início dos anos 1990. Tal transformação garantiu a Biblioteca o status jurídico de Fundação e conferiu ao Instituto Nacional do Livro a perda de certa autonomia institucional.

Palavras-chave: Instituto Nacional do livro; produção editorial; disputas intelectuais.

This paper aims at presenting an important chapter in Brazil's publishing history through the historical narrative of the creation of the Instituto Nacional do Livro (INL), 1937-1991. Initially try to work with the chronology of the founding of the INL occurred during the Estado Novo of Getúlio Vargas in 1937. Throughout this history, show how reading functioned as a valuable tool for the dissemination of state power, as I look at the group intellectuals who worked at the Institute played an important role in shaping the publications of the Institute. Finally, I discuss the merger of the Instituto Nacional do Livro to the Biblioteca Nacional, a process that occurred in the early 1990s. This transformation ensured the legal status of the Biblioteca Foundation and has given the Instituto Nacional do Livro loss of certain institutional autonomy.

Keywords: Instituto Nacional do Livro; editorial production, intellectual disputes.

O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não têm contraste. (CAPANEMA, 1937)<sup>2</sup>

A história da produção e circulação de livros no Brasil não pode ser compreendida sem se considerar a criação e a atuação do Instituto Nacional do Livro (INL). Fundado por meio do decreto-lei n. 93, de 21 de dezembro de 1937, através da transferência do Instituto

---

<sup>1</sup>Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFF. Bolsista CNPq com o projeto *Editar a Nação e escrever sua história: livros, projetos editoriais e disputas letradas no Instituto Nacional do Livro (1937-1991)* sob orientação da professora doutora Giselle Martins Venancio. Email: [historia.mari@gmail.com](mailto:historia.mari@gmail.com).

<sup>2</sup>CAPANEMA, Gustavo. *Exposição dos motivos para a criação do INL*. Ministro da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1937. Arquivo GCG.

Cairu<sup>3</sup> que havia sido criado em janeiro daquele ano, ao Instituto Nacional do Livro caberia à função de contribuir direta e eficientemente para o desenvolvimento cultural do país. Essa contribuição viria por meio da política de edições de obras raras ou preciosas, consideradas de grande interesse para a cultura nacional, além do objetivo de aumentar e melhorar a edição de livros no país, bem como facilitar a sua importação e incentivar a organização e manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Este artigo é um primeiro esforço na tentativa de identificar as ações definidoras das políticas de edição do Instituto Nacional do Livro e, a partir delas, levantar e mapear os conflitos e alianças intelectuais que existiram entre os indivíduos que compuseram os quadros do referido instituto. Nas próximas linhas adotarei como fio condutor o desenvolvimento histórico do INL, pensando-o como uma instituição sólida, considerando os seus 54 anos de existência. Entre 1937-1991, esta instituição foi perpassada por vários momentos políticos da história do Brasil, mas ao mesmo tempo, não pode ser considerada monolítica, ao atentarmos para os processos internos de disputas intelectuais, além dos conflitos relacionados ao Estado brasileiro e suas mudanças ministeriais.

### **Os primórdios e as seções**

O livro não é só o companheiro amigo, que instrui, que diverte, que consola. É ainda e, sobretudo o grande semeador que, pelos séculos afora, vem transformando a face da terra. Encontraremos sempre um livro no fundo de todas as revoluções.

É, portanto dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas.

Para tais objetivos, seria conveniente a criação de um Instituto Nacional do Livro. Submeto à elevada consideração de V.Ex. um projeto de decreto-lei, dispendo sobre a matéria.

Reitero-lhe os meus protestos de respeitosa estima.

Gustavo Capanema. (CAPANEMA, 15 de dezembro de 1937)<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup>O objetivo do Instituto Cairu era organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, rendendo-lhes sucessivas edições. Para maiores detalhes ver: *Instituto Nacional do Livro: 1937-1987 – 50 anos de publicações*. Brasília: INL, 1987.

<sup>4</sup>CAPANEMA, Gustavo. Ofício encaminhado ao Presidente Getúlio Vargas referente a criação do Instituto Nacional do Livro em 1937.

O Instituto Nacional do Livro (1937-1991) ficava sediado no quarto andar do prédio da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro e teve como primeiro diretor o escritor gaúcho Augusto Meyer, ficando à frente da instituição por 18 anos. À época de sua criação, em 1937, o Instituto Nacional do Livro se constituía de um Conselho de Orientação composto por três seções técnicas, compreendidas em:

- a- A Seção da Enciclopédia e do Dicionário;
- b- A seção de Publicações;
- c- A seção de Bibliotecas.

O Conselho de Orientação compunha-se de cinco membros nomeados pelo presidente da República. A estes cabia a organização da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário Nacional*, bem como dar pareceres sobre as medidas que deviam ser tomadas para atingir os objetivos do órgão. De maneira geral as seções desempenhavam os seguintes papéis:

#### **A- Seção da Enciclopédia e do Dicionário**

Primeiramente chefiada pelo poeta Américo Facó<sup>5</sup> e tendo como consultor técnico o escritor Mário de Andrade, esta seção destinava-se a realizar o trabalho de publicar a Enciclopédia brasileira. Esse plano era do diretor do Instituto Cairu, Eugênio de Castro e tinha por objeto publicar o primeiro volume da Enciclopédia brasileira de Alarico Silveira. Foram anos tentando a publicação de tal intento e, pelo menos, três planos foram pensados para o lançamento da obra<sup>6</sup>. O último planejamento data de 1961 e previa a organização da Enciclopédia brasileira dividida em assuntos reunidos em volumes de matérias afins,

---

<sup>5</sup>**Américo de Queirós Facó** (1885-1953) foi um poeta e jornalista cearense. Publicou poemas em vários periódicos tais como *Jornal do Ceará* e o *Álbum Imperial*, de São Paulo. No ano de 1910 transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro a fim de ingressar nos principais círculos literários e intelectuais do Brasil. Trabalhou no Instituto Nacional do Livro, no Senado Federal e foi diretor da *Revista Fon Fon*. Foi amigo de Lima Barreto e Carlos Drummond de Andrade. Sobre o primeiro, há disponível na Fundação Biblioteca Nacional uma carta datada de Maio de 1919 encaminhada a Lima Barreto solicitando a resposta de um inquérito da Revista Nacional referente à Academia Brasileira de Letras. Quanto ao segundo, à proximidade de Drummond por Américo Facó ficou mais nítida quando do falecimento de Facó e das disputas para a doação da biblioteca do autor para a Biblioteca Nacional.

<sup>6</sup>Houve outra tentativa de elaborar a *Enciclopédia brasileira* que antecede a de 1961, e data de 1959. Nessa tentativa houve a reunião de candidatos das mais variadas áreas científicas brasileiras, dentre os quais pode-se citar o Darcy Ribeiro que elaboraria os verbetes referentes a Etnologia Brasileira, Antropologia Cultural e Problemas socioculturais.

distribuídos por 5 séries. No interior desse plano seriam publicados 3 volumes na Biblioteca de Obras Subsidiárias, série A – Assuntos Brasileiros (1962/63) e 2 volumes na Biblioteca Universitária – Geociências/Geologia (1971/72). Na Coleção do Dicionário da Língua Portuguesa foram publicados 11 volumes, de 1963 a 1969.

A Seção de Enciclopédia e do Dicionário foi extinta em 1973 sem nunca ter tirado a Enciclopédia dos planos editoriais.

#### **B- A Seção de Publicações**

Dirigida inicialmente por Sérgio Buarque de Holanda, esta seção destinava-se a cuidar da parte relativa à edição de obras compreendendo desde a reedição de títulos completos ou raros até a promoção de medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como facilitar a importação dos mesmos. Fez parte do quadro de intelectuais que trabalharam nessa seção, além de Sérgio Buarque de Holanda, o historiador José Honório Rodrigues em duas fases distintas. A primeira delas data de 1939-1943 e a segunda de 1944-1946 quando sai definitivamente para assumir a direção do setor de Obras gerais e publicações da Biblioteca Nacional.

Em 1939 saem as primeiras edições das obras do setor de Publicações, além de edições comemorativas do Centenário de Casimiro de Abreu e de Tobias Barreto. Foram obras especializadas desse setor:

- a- Biblioteca Científica Brasileira;
- b- Coleção Estudante;
- c- Coleção Obras Raras;
- d- Biblioteca Popular Brasileira;
- e- Biblioteca de Divulgação Cultural;
- f- Biblioteca Filológica;
- g- Biblioteca Histórica.

A partir de março de 1970 o Instituto Nacional do Livro passou a operar sob o regime de coedição com as editoras brasileiras, com o objetivo de controlar “a qualidade da obra, sua distribuição e comercialização.” As atividades do MEC relacionadas à produção, a edição e ao aprimoramento do livro didático passaram ao INL em 1971.

### C- A seção de Bibliotecas

Assim como as outras duas seções, a seção de Bibliotecas tinha por objetivo organizar as políticas de distribuição de livros assim como gerir as bibliotecas do país. O Instituto Nacional do Livro produzia espécies de catálogos que eram encaminhados para as todas as bibliotecas do Brasil ao mesmo passo que publicava índices bibliográficos das mais novas produções.

### A primeira gestão Meyer (1938-1956)

Um dos mais ambiciosos planos do antigo Instituto Cairu e prosseguido com o Instituto Nacional do Livro era o da publicação das Enciclopédias<sup>7</sup> e o dos Dicionários. O primeiro diretor foi o poeta gaúcho Augusto Meyer<sup>8</sup>, amigo de Getúlio Vargas. Desde março de 1936 o governo constituía uma comissão composta por Alceu Amoroso Lima, pelo diretor da Biblioteca Nacional, no período, Rodolfo Garcia, e pelo diretor da Casa de Rui Barbosa, Luís Camilo de Oliveira Neto, com o propósito de elaborar o plano de uma Enciclopédia Brasileira. Uma vez criado o Instituto Nacional do Livro, Mário de Andrade foi convidado por Capanema<sup>9</sup> para chefiar a seção de Enciclopédia e Dicionário. A organização da Enciclopédia Brasileira previa a seguinte coletânea de verbetes, conforme evidencia Ricardo Oiticica:

---

<sup>7</sup>Para maiores esclarecimentos ver: FONSECA, Edson Nery da. *O Negócio das Enciclopédias*. Ci. Inf, Rio de Janeiro, 1(2): 91-98, 1972.

<sup>8</sup>**Augusto Meyer** (1902-1970) foi poeta, ensaísta e professor. Entre 1930 e 1936 dirigiu a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, desde 1937, ocupou por duas vezes do Instituto Nacional do Livro, entre 1938 e 1956 e entre 1961 e 1967. Dois anos antes de assumir o INL, em 1935, lançava o ensaio Machado de Assis, colaborando para a valorização e o resgate da obra do autor entre a crítica literária. No ano de 1960 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Dez anos mais tarde, falecia no Rio de Janeiro causando grande comoção no Instituto Nacional do Livro, a época dirigida por Maria Alice Barroso.

<sup>9</sup>Em cartas trocadas por Gustavo Capanema e Mário de Andrade há apresentado o tratamento dos cargos no Instituto Nacional do Livro e a sua posterior demissão. Estão disponíveis em *Mário de Andrade no acervo da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1995 (mimeo), pp. 72 a 74 e também SCHWARTZMAN, Simon. A Ação Cultural. In: *Tempos de Capanema*. SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984, Coleção Estudos Brasileiros; v.81, pp. 79-105.

1. verbete-monografia, de caráter prático e educativo, sem tamanho definido;
2. verbete de expansão, especificando assuntos do verbete-monografia, em torno de 2 a 6 páginas;
3. verbete ilustrativo, ou de ilustração, de fundo biográfico e histórico, em até 2 páginas;
4. verbete-definição, situando em no máximo 15 linhas a coisa, o nome ou o conceito “dentro da vida cultural humana.”<sup>10</sup>

Mas nem só a seção de dicionário e biblioteca havia sido planejada pelo Instituto do Livro, segundo o que já apontamos acima. Outra característica da primeira gestão Meyer foi a Seção de publicações. Para chefe dessa respectiva seção convidou outro intelectual, Sérgio Buarque de Holanda, professor da recentemente extinta Universidade do Distrito Federal, UDF. Sérgio Buarque de Holanda permaneceu na Seção até 1944 quando foi transferido para a direção da Divisão de Consulta da Biblioteca Nacional. Já Augusto Meyer permanecera à frente do Instituto até o fim do Estado Novo. Essa primeira gestão de Meyer foi bastante expressiva no sentido da criação de subprojetos e coleções de publicações internas do Instituto Nacional do Livro. Em 7 de fevereiro de 1940, no informe nº49, o programa de publicações do Instituto Nacional do Livro pretendia lançar uma coleção de bibliografias compreendidas na seguinte divisão em 4 séries:

- 1 – Bibliografia dos Grandes Autores Brasileiros;
- 2 - Bibliografia críticas;
- 3 - Bibliografias documentais;
- 4 – Bibliografias especiais ou especializadas.

Apesar dos planos de publicação de obras, as dificuldades assolaram o INL nos primeiros anos. Uma delas pode ser descrita no ofício de 21 de dezembro de 1942 feito por Augusto Meyer e encaminhado a Sílvio Fróes de Abreu a respeito da situação de escassez de papel no Brasil. O artigo intitulava-se *Os escritores e a indústria nacional de papel*. O documento original foi classificado como “confidencial” e posteriormente recebeu o texto resposta também categorizado como confidencial e assinado por Nelson Chiurco. Um trecho

---

<sup>10</sup>Oiticica, 1997, p.129.

do texto sobre a situação do papel pode ilustrar o quão preocupante era este quadro para o Instituto:

Depois de um exame amplo e minucioso da situação presente da industria de papel em nosso país, chegamos a conclusão de que a produção de papel para livros é insignificante, em vista do seu volume não corresponder a tres por cento (3%) da produção total que, segundo a estatística de 1940, da Federação dos Fabricantes de Papel, foi de 120.908.122 quilos. Essa porcentagem é inferior mesmo a dos tipos não classificados, que alcançou a cifra de 4.616.264 quilos.

(...)

Ao constarmos este fato sentimos a necessidade de fazer uma pergunta que, por si só, independente de resposta, já evidencia a gravidade do problema cuja solução nos preocupa, porque limita naturalmente as possibilidades da industria do livro no Brasil, - colaboradora principal na divulgação da cultura e no plano da educação nacional. E se admitirmos que o elevado nível da industria é o índice de cultura mais palpável de uma nação, torna-se imprescindível o apoio eficiente do governo às justas pretensões desta industria, porque o seu lento desenvolvimento prejudica inevitavelmente o progresso geral do país.”<sup>11</sup>

Mas não residia só no papel a fonte de todas as preocupações. Em 11 de agosto de 1948 Augusto Meyer endereçava um ofício ao Presidente de Comissão de Educação e Cultura tratando de alguns assuntos urgentes para o Instituto. O primeiro deles se referia ao projeto 898, de 1948, em que o INL criava em seu programa a *Coleção B-3*, de biografias. No entanto mais importante do que as biografias era a o que dizia respeito às publicações. Neste ofício, Meyer firmava o contrato com os autores publicados pelo Instituto possibilitando duas maneiras. A primeira delas tratava do acordo de que caberia ao Instituto Nacional do Livro a edição de 6000 exemplares da obra, entregando desses, 30% ao autor. A outra forma permitida seria o custeamento de Cr\$15000,00 pelo autor para o lançamento da primeira edição de 6000 exemplares. A diferença dessa para a outra forma, era a de que nesta última ao autor permanecia com os direitos autorais. Em ambas as situações, a análise dos originais caberia ao INL. Nesse mesmo documento, Augusto Meyer declarava não ter o Instituto Nacional do Livro recursos financeiro para arcar com a despesa de 15.000 exemplares.

As dificuldades encontradas pelo INL para a sua implantação efetiva foram muitas e compreenderam desde a demora de dois meses para a nomeação do diretor, de um ano e meio para a de seus chefes de seção, e de quase dois anos para a sua primeira publicação; a reduzida dotação orçamentária que atrasava os salários e postergava as publicações, sem

---

<sup>11</sup>Para maiores esclarecimentos ver: Pasta de Pareceres de 1939-1950. Instituto Nacional do Livro.

contar, a negativa de também ter, a sua própria revista. E é sobre a Revista, ou melhor, os livros do Instituto em Revista que nos deteremos nas próximas linhas. Sonhada desde 1938, o periódico só se concretizaria nos anos 1950, mas não mais sob a gestão de Meyer.

### **Livros em *Revista* – A Revista do Livro e a gestão de José Renato Pereira**

A REVISTA DO LIVRO, órgão essencialmente técnico, será, como seu próprio nome indica, o repositório fiel de todo o movimento livresco do país, levando ao mais afastado recanto a notícia da última obra publicada.<sup>12</sup>

O texto acima foi extraído da *Revista do Livro – Resenha Mensal Bibliográfica* de Agosto de 1939, dirigida por Dicamor Moraes<sup>13</sup>. Essa revista procurava divulgar e anunciar as mais recentes publicações de obras assim como noticiar eventos e exposições relacionadas ao universo dos livros. Trazia em suas páginas a relação oficial dos livros que chegavam à Biblioteca Nacional e dividia-os conforme as áreas de estudo, o decreto lei nº 93 que criou o Instituto Nacional do Livro e o estabelecimento do Prêmio Nacional de Literatura – Prêmio Machado de Assis e por fim indicava a publicação do Anuário bibliográfico do INL. Entretanto apesar da confluência no que tangia os lançamentos do Instituto Nacional do Livro, a *Revista do Livro* de 1939 não era uma publicação direta do INL. Tendo por diretor Dicamor Moraes, como já mencionado, a chefia de redação pertencia a Manuel Rollenberg, a secretaria a Máxime-Charles Barrault e a gerência a Ney da Fonseca Peña. O endereço da Redação ficava na Rua da Quitanda, 59, 4º andar. Somente no ano de 1956 o INL teria a sua Revista do Livro. Mas antes, cabem aqui alguns comentários.

Entre os anos de 1954 a 1955, o Instituto Nacional do Livro passara das mãos de Augusto Meyer<sup>14</sup> para as de Adonias Filho<sup>15</sup>. No ano de 1956<sup>16</sup> a administração passara para

---

<sup>12</sup>Para maiores detalhes ver: *Revista do Livro*, n.01, agosto de 1939.

<sup>13</sup>**Dicamor Moraes** (1910-1997) Nascido em Belém (PA) e formado em Direito, foi analista de finanças do Tribunal de Contas da União. Pertencia à Associação Nacional dos Escritores. Para maiores detalhes ver: [http://www.anenet.com.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=241:dicamor-moraes&catid=35:escritores&Itemid=61](http://www.anenet.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=241:dicamor-moraes&catid=35:escritores&Itemid=61). Acesso em 25/08/2013.

<sup>14</sup>Conforme indica Aníbal Bragança a saída de Augusto Meyer da direção do Instituto Nacional do Livro se deveu a sua atuação na cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Hamburgo, na Alemanha. Ver: Bragança, 2009, p.236.

<sup>15</sup>**Adonias Filho** (1915-1990) foi jornalista, crítico literário, ensaísta e romancista. Mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro onde colaborou para os jornais Correio da Manhã (1944-45), Jornal das Letras (1955-1960) e do Diário de Notícias (1958-1960). Esteve à frente da direção da editora A Noite (1946-1950), diretor do Serviço Nacional de Teatro (1954) e da Biblioteca Nacional (1961-1971). Esteve na direção do INL entre os anos 1954-55 ingressando mais tarde no quadro da direção da Biblioteca Nacional. Durante os anos 1970 e principalmente no período de coedições do INL pertenceu ao setor dos pareceristas da Instituição.

<sup>16</sup>Para maiores informações sobre os anos 1950 e a política no Brasil, ver: FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: *O Tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe*

as mãos de José Renato Pereira e ao que parece a gestão desse diretor tinha o propósito de cumprir os objetivos de criação do Instituto Nacional do Livro. Já indicamos que desde a fundação, o INL enfrentava dificuldades financeiras para a concretização da publicação das Enciclopédias e da Revista do Instituto. Em junho de 1956, a Revista do Livro, órgão do INL do MEC lançava sua primeira edição no mesmo ano de comemoração do 117º aniversário de Machado de Assis. Já na folha de abertura há uma nota do Ministro da educação a época, Clóvis Salgado afirmando:

A Revista do Livro, órgão oficial do INL, cujo primeiro número hoje se apresenta ao público brasileiro, é mais uma manifestação dos altos propósitos do governo em contribuir para o aprimoramento da cultura nacional. Demonstra o empenho do INL em cumprir suas tarefas específicas, com o apoio e plena confiança do MEC. A Revista será mais um veículo de difusão e um campo aberto ao debate de ideias, sugestões, e planos que visem o desenvolvimento cultural do nosso povo. Rio de Janeiro, 21/05/1956.

O conteúdo da Revista assemelhava-se ao de uma revista literária. Continha artigos, resenhas, comentários bibliográficos e contava com a colaboração de nomes ligados ao INL como Augusto Magne e Meyer, este último ex-diretor do Instituto Nacional do Livro que na edição de lançamento publicou um texto dedicado a Machado de Assis. A duração da *Revista do Livro* do INL foi até a década de 1970 quando foi reformulada esteticamente.

Mas não foi só a Revista que saiu do planejamento no decorrer da gestão de José Renato Pereira. As enciclopédias e os dicionários da cultura brasileira grassavam pelos prelos do Instituto. Desejo antigo, a intenção de se publicar dicionários culturais e enciclopédias ganhou força nos anos 1950. Durante a direção de Renato Pereira, podemos localizar a produção de alguns dicionários. O primeiro deles data de 1956 e corresponde a publicação do *Dicionário Popular Brasileiro* de Alarico Silveira<sup>17</sup>. Dois anos mais tarde, em 1958, o Instituto Nacional do Livro lançava o primeiro tomo da *Enciclopédia Brasileira* de Alarico Silveira, sob a organização de Américo Jacobina Lacombe. Um ano antes, em 1957, o INL publicava outra enciclopédia. Tratava-se do texto de Euryalo Cannabrava e Paulo Ribeiro de Assis reunido na *Enciclopédia brasileira; introdução, diretrizes, normas gerais*<sup>18</sup> com o

---

*civil-militar de 1964*. Organização de Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 301-342.

<sup>17</sup> **Alarico Silveira** (1878-1943) foi um educador paulista reconhecido pela sua dedicação profissional a escrita de uma Enciclopédia Brasileira.

<sup>18</sup> Para maiores esclarecimentos ver: CANNABRAVA, Euryalo & RIBEIRO, Paulo de Assis. *Enciclopédia Brasileira; introdução, diretrizes, normas gerais*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957, 183 p. Prefácio de José Renato Pereira.

prefácio do então diretor José Renato Pereira. Ainda assim, o INL não desistia do “sonho” das Enciclopédias. No ano de 1959 vários candidatos foram mobilizados para a composição de Enciclopédia brasileira. Dentre os nomes que comporiam a produção estava o de Darcy Ribeiro para os verbetes de Etnologia Brasileira, Antropologia Cultural e Problemas Sócio-Culturais. Mas o quadro de candidatos englobou a participação de engenheiros, advogados, médicos, químicos e filósofos<sup>19</sup>. No entanto não chegou a sair do papel no desenrolar da gestão de Renato Pereira e nem nos anos posteriores.

### **O Instituto Nacional do Livro nos anos 1960 e na fase militar - as ações e políticas**

Entre os anos de 1961-1967<sup>20</sup> o Instituto Nacional do Livro foi novamente dirigido por Augusto Meyer. Mais tarde, nos anos de endurecimento do regime civil militar, o referido Instituto passaria por mudanças no quadro de diretores de forma mais expressiva.

A partir de 1967 e permanecendo até o ano de 1970, o general Umberto Peregrino<sup>21</sup> assumiu a direção. Apesar da experiência no universo livresco em razão da administração da Biblioteca do Exército, a BIBLIEx (1954-1960), Peregrino assumiu a gestão do Instituto Nacional do Livro sob fortes polêmicas. Em Junho de 1960, o general Umberto Peregrino que a época dirigia a Biblioteca do Exército foi exonerado do cargo após a transcrição no último boletim da biblioteca de um trecho em defesa do ISEB de autoria do coronel Nelson Werneck Sodré. Ao que parece a dita publicação provocou furor nos jornais brasileiros. No primeiro caderno do Jornal do Brasil de 29 de junho de 1960, há a seguinte manchete: “*Coronel Umberto Peregrino demitido por transcrever artigo contra um americano*”. E a reportagem dizia:

---

<sup>19</sup>Para maiores detalhes ver: *Pasta com relação de candidatos para a elaboração de uma enciclopédia brasileira*. Ministério da Educação e INL, 1959.

<sup>20</sup>As principais publicações dessa segunda gestão de Augusto Meyer podem ser assim descritas (seção da Enciclopédia e do Dicionário): *Dicionário do folclore brasileiro*, de Luís da Câmara Cascudo, 1962; *Introdução ao estudo da literatura brasileira*, de Brito Broca e José Galante de Sousa, 1963; *Auto de Vicente Anes Joeira*, 1963; *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*, de Silvio Batista Pereira, 1964; *Livro das Aves*, edição de Nestor Rossi, 1965; *Tratado da Província do Brasil*, de Pero de Magalhães de Gândavo, 1965; *Coisa notáveis do Brasil*, edição de Antônio Geraldo da Cunha, 1966; *Índice analítico do vocabulário de Os Lusíadas*, de Antônio Geraldo da Cunha, 1966; *Autos de Antônio Ribeira Chiado*, de Antônio Ribeira Chiado, 1968; *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil*, edição de Max Guedes, 1968 e *Dicionário geral de monossílabos*, de Carlos Francisco de Freitas Casanovas, 1968.

<sup>21</sup>**Umberto Peregrino** (1911-2003) nascido em Natal teve longa trajetória dedicada à produção cultural do Exército. Foi diretor da Biblioteca do Exército entre os anos de 1954-1960, diretor do INL e membro do IHGB. Para maiores detalhes ver: <http://www.ahimtb.org.br/humbperegriano.htm> . Acesso em 26/08/2013.

O Coronel Umberto Peregrino foi demitido ontem do cargo de Diretor da Biblioteca do Exército, que exercia há seis anos, por ter transcrito, no último boletim daquela Biblioteca o trecho de um artigo em defesa do ISEB, de autoria do coronel Nelson Werneck Sodré. A demissão, determinada pelo Ministro da Guerra, mas que ainda não foi publicada oficialmente, já provocou a retirada de três oficiais que integram a Comissão Diretora da Biblioteca do Exército, numa manifestação de solidariedade ao Cel. Umberto Peregrino. (Jornal do Brasil, 29-06-1960)

Em 02 de julho do mesmo ano, o boletim da diretoria pessoal do Exército anunciava a exoneração do coronel<sup>22</sup>. Mais tarde, em Abril de 1967, Peregrino encaminhou um telegrama<sup>23</sup> a Paulo Tacla agradecendo pelo apoio e afirmando que faria tudo para corresponder à confiança de Costa e Silva. Nesse caso, a confiança de Costa e Silva a que se refere diz respeito à direção do Instituto Nacional do Livro. Durante a gestão de Umberto Peregrino foi criado no INL, a Comissão de Alto Nível responsável por adquirir um número de exemplares de determinadas obras que deveriam ser submetidas a apreciação do próprio conselho. Uma vez favoráveis às obras, o INL adquiria certo número e as repassaria para as bibliotecas do país. Pertenceram a essa comissão os seguintes intelectuais:

- Luiz Antonio Barreto, parecerista e secretário do Instituto.
- José Galante de Souza;
- Clarice Lispector<sup>24</sup>;
- Altimar de Alencar Pimentel;
- Américo Jacobina Lacombe;
- Antônio Geraldo da Cunha;
- Vicente de Paulo Vicente de Azevedo;
- Eduardo Portella;
- Assis Brasil;

---

<sup>22</sup>Para maiores esclarecimentos ver: *Correio da Manhã*, 02 de julho de 1960.

<sup>23</sup>PEREGRINO, Umberto. *Telegrama a Paulo Tacla agradecendo seu apoio e dizendo que tudo fará para corresponder à confiança de Costa e Silva*. Rio de Janeiro, 10/04/1967.

<sup>24</sup>Ao contrário do que afirmou Ricardo Oiticica em sua tese de doutorado, Clarice Lispector não só teve publicações pelo INL como atuou enquanto parecerista da Instituição. Para maiores esclarecimentos ver: OITICICA, Ricardo. *O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasileira dos rejeitados*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1997.

- Celso Ferreira da Cunha;
- Valdemar Cavalcanti;
- Carlos Xavier Paes Barreto;
- Odaléa de Queiroz Cunha;
- Vitorino F. Sanson;
- Antonio Geraldo Pereira Caldas;
- Walmir Ayala;
- Adonias Filho;
- Marcos Konder Reis;
- Octavio de Faria.

No mesmo ano de criação do Conselho, o secretário José Galante propunha que as obras fossem examinadas por pareceristas que as classificariam em BOM, MUITO BOM e ÓTIMO. Por essa escala se definiria o número de exemplares que o Instituto adquiriria. A aquisição se faria prioritariamente na ordem decrescente do valor atribuído, os originais não seriam devolvidos e os autores seriam avisados previamente da decisão.

Já em 1970 a efusão de publicações veio através da política de coedições firmada entre o INL e cerca de 30 editoras. A diretoria do Instituto Nacional do Livro cabia a essa época a escritora Maria Alice Barroso<sup>25</sup>. Já em 1970, a *Revista do Livro*<sup>26</sup> trazia o programa de convênio entre o Instituto Nacional do Livro e as editoras firmado pelo Ministério de Jarbas Passarinho. As primeiras editoras que firmaram esse acordo foram: *Tecnoprint; Melhoramentos; J.Olympio; Cultrix; Agir; Lia; Coordenada de Brasília; Lidador; Livros no Mundo Inteiro; Conquista; Brasiliense; Quatro Artes; Paz e Terra; José Álvaro; Grifo; Ática; Globo; Laudes; Expressão e Cultura; Tempo Brasileiro; Bruguera; Bonde; Civilização Brasileira; Leitura; Cátedra; Nosso Tempo; O Cruzeiro; GRD; Poster Graph; Editora*

---

<sup>25</sup>**Maria Alice Barroso** (1926-2012) foi jornalista e escritora. Formada em Biblioteconomia, lançou seu primeiro livro em 1960, intitulado “Os Posseiros”. Esteve na direção do Instituto Nacional do Livro (INL), a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional. Faleceu em 2012.

<sup>26</sup>Para maiores detalhes ver: *Revista do Livro*, ano XIII, 4º trimestre, nº43, 1970.

*Record; Renes Ltda; Brasília S.A; Livro Místico e Cadernos Didáticos.* Um exemplo de filiação entre editora e INL pode ser evidenciado no parecer dado a editora Civilização Brasileira<sup>27</sup> referente ao livro *Obra completa de Oswald de Andrade*. Em novembro de 1970, Maria Alice Barroso escrevia,

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1970

À editora Civilização Brasileira S/A

Prezado Senhor:

Tenho a satisfação de comunicar a V.S<sup>a</sup> que a Comissão de Leitura deste Instituto, em reunião de 26 de novembro de 1970, recomendou o texto da obra “Obra Completa de Oswald de Andrade”, enviada por V.S<sup>a</sup>, para a publicação através de convênio.

A aprovação final, para efeito de publicação, tendo em vista o que dispõe a Portaria Ministerial n°35 de 11 de março – de 1970, ficará na dependência de parecer a ser oferecido pela Seção de Publicações deste Instituto sobre o custo da aquisição face aos recursos de que dispõe o INL. Para esse fim, solicito a V.S<sup>a</sup> apresentar orçamento – pela referida Seção de Publicações.

Atenciosamente,

Maria Alice Barroso.

Diretora do INL.

Iniciada nos anos 1970, a política de coedições foi um sucesso. Assumindo a direção do Instituto após a gestão de Barroso, Herberto Sales<sup>28</sup> assumiu o INL, local onde permaneceu até o ano de 1985. E os trâmites com as editoras continuaram. Alguns dos pareceristas da Comissão de Alto Nível permaneceram nos quadros de avaliadores das políticas de coedições entre 1970-1987. São os nomes de: Valdemar Cavalcanti; Adonias Filho; Marcos Konder Reis; Américo Jacobina Lacombe; Therezinha Casassanta; Nelly Novaes Coelho; José Augusto Guerra; Octavio de Faria; Clarival do Prado Valladares; Miguel Reale e Edson Nery da Fonseca. Ao que parece as relações entre o INL e a Civilização

---

<sup>27</sup>Em Agosto de 1973 a editora Civilização Brasileira solicitou a coedição da obra “Mente, Energia e Matéria – Uma Incurião em segredo da Vida” de Pessoa de Moraes. A diretora Maria Alice Barroso envia uma carta com o parecer negativo à publicação. No entanto a viúva do autor interfere nos processos dos pareceres reforçando o pedido de publicação. Mais uma vez a hipótese das redes de sociabilidade conformando as políticas de publicação se confirma.

<sup>28</sup>**Herberto Sales** (1917-1999) foi jornalista e escritor brasileiro. No ano de 1944 publicou seu romance de estreia *Cascalho* baseado na vida dos mineradores de diamante, texto que se tornou um clássico do regionalismo. Em 1974 mudou-se para Brasília, onde ocupou a função de diretor do INL. No governo Sarney foi nomeado assessor da presidência da República até 1986 quando se mudou para Paris na condição de adido cultural da Embaixada do Brasil.

Brasileira continuaram. Em 1981, Ênio Silveira encaminhava a seguinte carta<sup>29</sup> a Herberto Sales:

“Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1981

Ilmo. Sr.

Dr. Herberto Sales

DD.Diretor do INL

Edifício Venâncio V – 3º andar

70302 Brasília, DF

Ref: Edições Críticas de “Obras de Machado de Assis” – Consulta sobre seu relançamento em co-edição com esta editora.

Ilustríssimo Senhor Diretor:

V.Sa. nos deu a entender, num encontro casual que tivemos há meses, que o INL estaria cogitando de promover, no exercício de 1981, a reedição da importantíssima coleção cujo título está em epígrafe.

Tendo duas vezes coeditado com o INL esse magnífico trabalho de coordenação e exegese realizado pela Comissão Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, para a nossa maior honra gostaríamos de uma vez mais vermos associados os esforços desse Instituto e desta Editora.

Devemos esclarecer a V.S<sup>a</sup>, por oportuno, que se acham esgotados em nosso estoque todos os títulos que integram a Coleção.

Caso V.S<sup>a</sup>. tome a decisão de promover tão importante relançamento, permitindo-nos sugerir-lhe as seguintes medidas:

- a) mudança da arte final das capas, dando aos livros uma apresentação mais atraente, embora ainda sóbria, como convem;
- b) eliminar do projeto, por motivos de economia, o volume que reproduz em fac-simile o texto da 1ª edição de Quincas Borba.

Solicitando e aguardando o pronunciamento urgente de V.S<sup>a</sup>, a respeito do assunto, a fim de que possamos preparar os respectivos orçamentos e tomar logo as providências materiais necessárias – evitando assim novas elevações dos custos de produção -, valemo-nos do ensejo para apresentar-lhe os renovados protestos de nosso mais alto apreço, subscrevendo-nos,

Atenciosamente,

Ênio Silveira, diretor-presidente.

Após a gestão de Sales, o Instituto Nacional do Livro teve sucessivas e curtas direções. Substituindo o referido diretor, tivemos o escritor Fábio Luca entre os anos 1985-86;

---

<sup>29</sup>Para maiores detalhes ver: *Editoras – cartas de doação, carta convite, cartas enviadas. Brasília, 1973-1988.*

de setembro de 1986 a janeiro de 1987 a administração coube ao professor Osmário Alifait Lacet e por fim em 1987 ao embaixador Wladimir Murтинho. Mas nada era como nos anos 1930. O INL passara por muitas fases, muitas mudanças e o seu fim estava próximo. Três anos mais tarde, em 1991 o INL se fundiria a Biblioteca Nacional.

### **O pós 1985 – A fusão com a Biblioteca Nacional**

Sem a mesma pompa com que fora criado nos anos 1930, ao longo dos anos, especialmente nos ditatoriais, o Instituto Nacional do Livro já nos anos 1980, havia paulatinamente se fundido à Biblioteca Nacional. Em 1986 uma das últimas tentativas de renovação veio com a Lei Sarney 7505/86<sup>30</sup> de incentivo à Cultura. Essa lei previa a doação de livros por parte das editoras<sup>31</sup> para as bibliotecas públicas em território nacional conveniadas com INL, sob a concessão de abatimento fiscal. Mas a medida não teve um impacto expressivo. As mudanças na Instituição se fizeram sentir, com a criação da Fundação Nacional Pró-Leitura<sup>32</sup>, em 1987, e a fusão com a Biblioteca Nacional, em 1991, o que determinou a principal mudança do INL.

Apesar da sua importância para as políticas públicas relacionadas ao livro no Brasil ao longo do século XX, a história do INL ainda carece de investigação. Há, é verdade, uma série de trabalhos que tratam, tangencialmente, esta instituição, mas nenhum deles se detém em seu processo de organização, desenvolvimento e, principalmente, nas relações entre o Instituto Nacional do Livro e as políticas públicas de edição e de incentivo à leitura no país.

Assim, este trabalho se insere num contexto de estudos que considera a história das práticas letradas como um meio para se investigar questões mais amplas, de caráter sócio-histórico. Ao analisar a história do INL, pretende-se contribuir para a compreensão de um período marcante da história brasileira, devido ao processo de discussão sobre o caráter nacional evidenciado por meio da análise da produção, circulação e apropriação de objetos

---

<sup>30</sup>Para maiores detalhes ver: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109576/lei-sarney-lei-7505-86> . Acesso em 26/08/2013.

<sup>31</sup>Para maiores detalhes ver: *Editoras – cartas de doação, carta convite, cartas enviadas. Brasília, 1973-1988.*

<sup>32</sup>A **Fundação Nacional Pró-Leitura** previa a promoção do desenvolvimento da produção e da difusão do livro do livro, além da promoção da bibliografia e difundir o hábito de leitura. Essa lei integrava a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro. Data de 05 de novembro de 1987. Para maiores detalhes ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7624-5-novembro-1987-367604-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em 26/08/2013.

impressos, entre os anos de 1930 e 1990, período no qual os intelectuais que compunham os quadros do INL adquiriram protagonismo.

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. *A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002.

BARCELOS, Fábio Campos. *Entre caminhos e descaminhos: o Estado brasileiro e a organização do Poder Executivo (1990-1994)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011 (Publicações Históricas; 101) (Cadernos Mapa; n.3 – Memória da Administração Pública Brasileira).

BORGES, Jorge Luís. O Livro. In: O Livro. Cinco visões pessoais. 4º ed., Brasília: UnB, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Ortiz, Renato (org.). São Paulo, editora Ática, 1983, pp. 122-155.

BRAGANÇA, Aníbal. *As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967)*. Matrizes, ano 2, nº2, primeiro semestre de 2009, pp. 221-246.

BRITO, Tatiana Feitosa de. *O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas Apostilados*. Centro de Estudos da Consultoria do Senado, Textos para discussão, junho de 2011.

CANNABRAVA, Euryalo & RIBEIRO, Paulo de Assis. *Enciclopédia Brasileira; introdução, diretrizes, normas gerais*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957.

CARROL, Lewis. Descendo pela toca do coelho. In: *Alice no País das Maravilhas*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. *O Instituto Nacional do Livro e os Modernistas: Questões para a História da Educação Brasileira*. Cadernos de História da Educação – v.11, n.2 – jul./dez.2012, pp.543-557.

DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ELIAS, Norbert. O conceito de configuração. In: ELIAS, Norbert. *Introdução a Sociologia*. Lisboa, Edições 70, 1999, pp. 140-145.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

\_\_\_\_\_. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

Lemos, Andréa. *O papel das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense no processo de abertura democrática (1979-1985)*. XI Encontro Regional de História, 2004, Rio de Janeiro. XI Encontro Regional de História, 2004.

OITICICA, Ricardo. *O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasileira dos rejeitados*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1997.

ORÍ, Ricardo. A Companhia Editora Nacional e a Literatura escolar. In: *O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar brasileira (1934-1961)*. São Paulo: Annablume, 2011.

SERRANO, Gisella de Amorim. *Caravelas de Papel: A política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)*. Tese de doutorado, Belo Horizonte, UFMG, 2009.

TREBITSCH, Michel. Avant-propos: La chapelle, Le clan et Le microcosme. Apud. GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

XAVIER, Erica da Silva e CUNHA, Maria de Fátima da. *Entre a Indústria Editorial, a Academia e o Estado: o Livro Didático da História em questão*. Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História, 18, 19 e 20 de abril de 2011 – Florianópolis/SC.